

CADERNO DE PROVA

INSTRUÇÕES GERAIS – LEIA COM ATENÇÃO

1. O candidato receberá do fiscal: um Caderno de Prova contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, 2 (duas) questões discursivas, 1 (uma) redação; (1) uma Folha de Resposta para a marcação das questões objetivas; 1 (uma) Folha de Respostas para as questões discursivas e 1 (uma) Folha de Respostas para a redação.
2. A parte superior da Folha de Resposta para das questões objetivas contém a identificação do candidato e deverá ser por ele ser conferida e assinada. Verifique se o número do QR Code é igual em TODAS as 3 (TRÊS) FOLHAS DE RESPOSTAS recebidas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Prova, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá a duração máxima de **5h (cinco horas)**, incluindo o tempo para preenchimento das Folhas de Respostas das provas objetiva, discursiva e de redação. O candidato poderá deixar o local de aplicação da prova após o transcurso de 1 (uma) hora, caso em que não poderá levar consigo qualquer material referente às provas.
5. O candidato somente poderá deixar o local de aplicação da prova e levar consigo o caderno de provas após decorridas 03h (três horas) do início.
6. As Folhas de Respostas das provas objetiva, discursiva e de redação serão os únicos documentos válidos para correção e deverão ser entregues ao fiscal obrigatoriamente. Todas são insubstituíveis. Não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas, manchadas ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Para utilizar o sanitário, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
9. O Cartão-Resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta. Há somente uma alternativa correta para cada questão. As repostas com rasura, duplamente marcadas ou em branco serão consideradas como erro.
10. Será sumariamente eliminado o candidato que for apanhado em prática fraudulenta durante as provas; não se apresentar munido de cédula de identidade ou documento equivalente; lançar nas folhas de respostas seu nome, assinatura ou qualquer sinal que possa identificá-lo; desobedecer aos regulamentos do concurso, perturbar sua ordem ou dessa catar qualquer membro da Banca Examinadora ou da equipe de apoio.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões 1 e 2.

O Sal da Terra
(Beto Guedes)

Anda!
Quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar

Tempo!
Quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir

Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da Terra!

És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave, nossa irmã

Canta!
Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã

Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recrutar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois

Deixa nascer, o amor
Deixa fluir, o amor
Deixa crescer, o amor
Deixa viver, o amor
O sal da terra

1. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O texto faz referência poética à importância do agronegócio na sociedade.
- b) Na sexta linha, da sétima estrofe, a frase “quem vem depois” se trata de uma oração subordinada substantiva direta.
- c) No texto, a palavra *Terra* pode ser substituída pela palavra *terra*, sem modificação de significado.
- d) A palavra *tá* segue o padrão da língua culta.
- e) A oração presente na quarta linha, da sexta estrofe, não pode ser substituída pela oração *Tu que és a maçã do homem*, sem prejuízo de significação.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na oração “*Nem por isso quero me ferir*” há a presença de uma conjunção coordenativa aditiva.

- b) Na oração “*Vem que tá na hora de arrumar*” o verbo *arrumar* assume sentido qualificativo como complemento de um substantivo.
- c) Considerando o emprego dos pronomes pessoais, a quinta estrofe da canção não atende aos padrões de utilização da língua culta.
- d) Na visão do autor, o melhor esforço conjunto é o derivado da equitativa distribuição de riquezas e oportunidades.
- e) A substituição do nome *Terra*, por *terra* implicaria em mudança de sentido do texto.

Leia o texto abaixo e responda às questões 3 e 4.

Cálice

(Gilberto Gil & Chico Buarque de Holanda)

*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta*

*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer
momento
Ver emergir o monstro da lagoa*

*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade*

*Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue*

*Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me
esqueça.*

3. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ao longo do texto, a palavra *Pai* tem função de vocativo.
- b) *Bêbados* é uma palavra proparoxítona.
- c) A palavra *tinto* pode ser substituída pela palavra *tingido* sem prejuízo de significação.
- d) A oração “*Silêncio na cidade não se escuta*” não dispõe de sujeito.
- e) O texto denota a rejeição do narrador frente à realidade que se lhe apresenta.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na oração “*De muito gorda a porca já não anda*”, a palavra *JÁ* se trata de uma conjunção.
- b) Na oração “*Se na calada da noite eu me dano*”, a palavra *CALADA* foi flexionada para concordar com o termo *da noite*.
- c) A letra da música *Cálice*, de composição de Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda, composta no ano de 1973, mas apenas lançada no ano de 1978, faz um trocadilho com o termo *Cale-se*, em crítica à forte censura exercida pela ditadura militar à época, no Brasil.
- d) O termo “*pileque homérico*” pode ser substituído pelo termo *contida bebedeira*, sem prejuízo de significação.
- e) Na oração “*Como é difícil acordar calado*”, o sujeito é inexistente.

5. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

Tiranias

(Rui Proença)

*Antigamente diziam: cuidado,
as paredes têm ouvidos
Então falávamos baixo
nos policiávamos
Hoje as coisas mudaram
os ouvidos têm paredes
de nada adianta gritar*

- a) Conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra “*têm*”, contida no texto, encontra-se grafada incorretamente.
- b) No texto, o autor ressalta a existência de uma atual sociedade impassível.
- c) No texto, a palavra “*Antigamente*” tem a função de adjunto adverbial de intensidade.
- d) Na sexta linha do texto, a palavra “*ouvidos*” tem função sintática de predicado nominal da oração.
- e) A estrutura morfológica da locução “*as paredes têm ouvidos*” pode ser classificada da seguinte forma: artigo indefinido, substantivo simples, verbo transitivo direto e substantivo coletivo.

6. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

SLAM

(Everson Anderson)

*Pra visão ficar reforçada, a mente milionária,
Pra bater de frente com a especulação imobiliária
Que eu já sei o que tá acontecendo,
A criançada tá lendo, favelas se desenvolvendo
Neles a gente tá mexendo e eles estão se corroendo,
Estamos incomodando tipo azia.
É como se fosse um tiro de palavras
Quando acontece toda quinta-feira do mês, na quebrada o evento de poesia.
E viram que a gente não vai deixar de não dar bola
Vamos debater, como debatemos com os boys que falam qualquer merda da quebrada na escola.
Pois são papos que se contradizem e não tem conteúdo, então dá falha.
Irmão, não tô mandando você calar a boca,
E sim só entender o seu lugar de fala,
E fala que estudou e eu digo “ó dó!”*

*Talvez o mano que fez a pesquisa que você pesquisou
 Só foi na quebrada, no máximo, para ir atrás de pó
 Mas ó só: Diz que seu sou arrogante, que a ele fere
 Mas quer discutir qualquer pesquisa com quem já sentiu na pele
 E que não sabe o quanto é tenso a noite, garoa fina
 No enquadro que não me enquadra do polícia vira a minha rotina.
 Na porta da favela, a desculpa é sempre o ambiente, local
 Firmeza.
 Então me explica por que sou abordado em Higienópolis, que é rodeado de apartamento, engravatado e empresa?*

(SLAM. Manos e Minas. São Paulo: TV Cultura, 13 de outubro de 2018. Programa de TV)

- a) De acordo com a significação dada pelo autor, o termo “pó” se refere a droga ilícita.
- b) No texto, a oração “que é rodeado de apartamento, engravatado e empresa” se trata de uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- c) No texto, o autor promove uma denúncia contra as práticas discriminatórias dirigidas àqueles que moram em favelas.
- d) O termo “tipo azia” é exemplo de oração subordinada adverbial comparativa.
- e) O termo “Mas ó só” pode ser substituído, sem prejuízo de significância, pelo termo *Mas veja só*.

7. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

Respeitem Meus Cabelos, Brancos
(Chico César)

*Respeitem meus cabelos, brancos
Chegou a hora de falar
Vamos ser francos
Pois quando um preto fala
O branco cala ou deixa a sala
Com veludo nos tamancos*

*Cabelo veio da África
Junto com meus santos*

*Benguelas, zulus, gêges
Rebolos, bundos, bantos
Batuques, toques, mandingas
Danças, tranças, cantos
Respeitem meus cabelos, brancos*

*Se eu quero pixaim, deixa
Se eu quero enrolar, deixa
Se eu quero colorir, deixa
Se eu quero assanhar, deixa
Deixa, deixa a madeixa balançar*

- a) A letra sugere a origem, no Brasil, das religiões de matriz africana.
- b) Na oração “*Pois quando um preto fala*”, a palavra POIS assume função de conjunção coordenativa explicativa.
- c) Na oração “*Respeitem meus cabelos, brancos*”, o verbo encontra-se conjugado na terceira pessoa do plural do modo imperativo.
- d) A frase “*Com veludo nos tamancos*” contida no texto pode ser substituída pelo advérbio *silenciosamente*, sem prejuízo de sentido.
- e) A exclusão da vírgula na oração “*Respeitem meus cabelos, brancos*” não impõe mudança do sentido expressado pelo autor.

Leia o texto abaixo e responda às questões 8 e 9.

Os olhos dos pobres
(Charles Baudelaire)

*Quer saber por que a odeio hoje?
Sem dúvida lhe será mais fácil
compreendê-lo do que a mim explicá-lo;
pois acho que você é o mais belo
exemplo da impermeabilidade feminina
que se possa encontrar.*

*Tínhamos passado juntos um longo dia,
que a mim me pareceu curto. Tínhamos
nos prometido que todos os nossos
pensamentos seriam comuns, que
nossas almas, daqui por diante, seriam
uma só; sonho que nada tem de original,*

*no fim das contas, salvo o fato de que, se
os homens o sonharam, nenhum o
realizou.*

*De noite, um pouco cansada, você quis
se sentar num café novo na esquina de
um bulevar novo, todo sujo ainda de
entulho e já mostrando gloriosamente
seus esplendores inacabados. O café
resplandecia. O próprio gás disseminava
ali todo o ardor de uma estréia e
iluminava com todas as suas forças as
paredes ofuscantes de brancura, as
superfícies faiscantes dos espelhos, os
ouros das madeiras e cornijas, os pajens
de caras rechonchudas puxados por
coleiras de cães, as damas rindo para o*

falcão em suas mãos, as ninfas e deusas portando frutos na cabeça, os patês e a caça, as Hebes e os Ganimedes estendendo a pequena ânfora de bavarezas, o obelisco bicolor dos sorvetes matizados; toda a história e toda a mitologia a serviço da comilança.

Plantado diante de nós, na calçada, um bravo homem dos seus quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, trazia pela mão um menino e no outro braço um pequeno ser ainda muito frágil para andar. Ele desempenhava o ofício de empregada e levava as crianças para tomarem o ar da tarde. Todos em farrapos. Estes três rostos eram extraordinariamente sérios e os seis olhos contemplavam fixamente o novo café com idêntica admiração, mas diversamente nuançada pela idade.

Os olhos do pai diziam: "Como é bonito! Como é bonito! Parece que todo o ouro do pobre mundo veio parar nessas paredes." Os olhos do menino: "Como é bonito, como é bonito, mas é uma casa

onde só entra gente que não é como nós." Quanto aos olhos do menor, estavam fascinados demais para exprimir outra coisa que não uma alegria estúpida e profunda. Dizem os cancionistas que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. Não somente essa família de olhos me enternecia, mas ainda me sentia um tanto envergonhado de nossas garrafas e copos, maiores que nossa sede. Voltei os olhos para os seus, querido amor, para ler neles meu pensamento; mergulhava em seus olhos tão belos e tão estranhamente doces, nos seus olhos verdes habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: "Essa gente é insuportável, com seus olhos abertos como portas de cocheira! Não poderia pedir ao maître para os tirar daqui?"

Como é difícil nos entendermos, querido anjo, e o quanto o pensamento é incomunicável, mesmo entre pessoas que se amam!

8. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na oração "Voltei os olhos para os seus, querido amor, para ler neles meu pensamento" o sujeito determinado é indicado pela palavra OLHOS.
- b) Extrai-se do texto que a mulher a quem o autor se refere como *meu querido anjo* é a mesma pessoa que ele, autor, odeia.
- c) Na oração "Os olhos do pai diziam: 'Como é bonito! Como é bonito! Parece que todo ouro do pobre mundo veio parar nessas paredes'", a pontuação observada é indicativa do discurso direto.
- d) Na oração "Como é difícil nos entendermos, querido anjo, e o quanto o pensamento é incomunicável, mesmo entre pessoas que se amam!", o ponto de exclamação é aplicado em razão da presença de uma locução interjetiva.
- e) A utilização do acento circunflexo na palavra *maître* se dá em razão dessa ser uma palavra paroxítona terminada em que a letra *i* antecede o encontro consonantal *tr*.

9. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na oração "Quer saber por que a odeio hoje?" não é possível a substituição da palavra *por que*, pela palavra *porque*, sem prejuízo de significação.

- b) Na oração “*Tínhamos nos prometido que todos os nossos pensamentos seriam comuns, que nossas almas, daqui por diante, seriam uma só*”, a regência verbal do verbo PROMETER permite que se substitua a expressão *Tínhamos nos prometido* por *Tínhamos prometido a nós*;
- c) Com os dizeres “*toda a história e toda a mitologia a serviço da comilança*”, o autor faz referência à decoração do local onde se encontrava.
- d) A frase “*O café resplandecia*” pode ser reescrita como *O café fulgurava*, sem prejuízo de sentido.
- e) O primeiro parágrafo do texto retrata a conversa do autor com seu interlocutor, fazendo referência a terceira pessoa ausente à conversa.

10. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

Super-Homem, a Canção
(Gilberto Gil)

*Um dia vivi a ilusão de que ser homem
bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter*

*Que nada, minha porção mulher que até
então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim
agora
É o que me faz viver*

*Quem dera pudesse todo homem
compreender, ó mãe, quem dera
Ser o verão no apogeu da primavera
E só por ela ser*

*Quem sabe o super-homem venha nos
restituir a glória
Mudando como um Deus o curso da
história
Por causa da mulher*

*Quem sabe o super-homem venha nos
restituir a glória
Mudando como um deus o curso da
história
Por causa da mulher*

- a) A utilização do acento agudo na sílaba tônica da palavra *glória* decorre em razão dessa se tratar de uma palavra proparoxítona aparente.
- b) Na oração “*Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe, quem dera*”, o termo *Ó MÃE* tem função de vocativo.
- c) Na oração “*Ser o verão no apogeu da primavera e só por ela ser*”, o pronome pessoal *ELA* se refere à mulher.
- d) A utilização do hífen na palavra *super-homem* segue os padrões do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- e) A última estrofe da canção indica a prevalência do gênero feminino na sociedade como um evento incontornável.

11. Leia o texto abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

POEMA

(Cazuza)

*Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento,
a tempo
Eu acordei com medo e procurei no escuro
Alguém com seu carinho e lembrei de um
tempo
Porque o passado me traz uma lembrança
Do tempo que eu era criança
E o medo era motivo de choro
Desculpa pra um abraço ou um consolo
Hoje eu acordei com medo mas não chorei*

*Nem reclamei abrigo
Do escuro eu via um infinito sem presente
Passado ou futuro
Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim
De repente a gente vê que perdeu
Ou está perdendo alguma coisa
Morna e ingênua
Que vai ficando no caminho
Que é escuro e frio mas também bonito
Porque é iluminado
Pela beleza do que aconteceu
Há minutos atrás*

- a) Na oração “*Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento, a tempo*”, a substituição do termo a tempo por há tempo não importa em mudança de significação.
- b) O texto narra dois momentos vividos pelo autor, em que a mesma circunstância (medo) importou em atitudes diversas.
- c) Na oração “*Porque o passado me traz uma lembrança*”, a palavra porque pode ser substituída pela palavra porquê sem mudança de significação.
- d) De acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra vê dispensa a utilização do acento circunflexo.
- e) De acordo com as regras de regência verbal, a oração “*Nem reclamei abrigo*” pode ser reescrita “*Nem reclamei de abrigo*”, sem prejuízo de significação.

Leia o texto abaixo e responda as questões seguintes.

DISCURSO DE POSSE DO MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 15 DE ABRIL DE 1964

Na singular significação desta solenidade cívica, e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar-vos que o juramento agora proferido perante os Augustos Representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideias que

nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude.

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos

que refletem a alma brasileira. O que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido de nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia, e sobretudo, com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste país.

Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.

Sustentarei, com todas as forças, a união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora de seus limites territoriais. Não apenas a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.

A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os trabalhos e os pactos celebrados. Todas as nações democráticas livres serão nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas.

Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por

discreta e sutil que venha a manifestar-se.

Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e deveremos transmitir aprimoradas às gerações futuras. Foi uma revolução a assegurar o progresso sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade, que afinal, e nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo.

Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras, todos – civis e soldados – ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime.

Promoverei sem desânimo nem fadiga o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros, e particularmente àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do país. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral,

educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do governo. Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada; sem prejuízo porém, de imperativo de justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.

Até porque estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução, capaz de integrar em melhores condições de vida um número cada vez maior de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização.

Caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias.

Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna.

Inflação e atraso devem ser atacados já e já, e ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional. Cada operário e

cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Ruy Barbosa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá”.

Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada.

Os votos dos Representantes da Nação, na escolha para a governar em hora difícil, valem, por certo, pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona, também, nítida ideia de grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade.

Direi que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: – nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros, e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus, e com serena confiança, buscarmos melhores dias nos horizontes do futuro.

(Fonte: ANDRADE, Auro Moura. Um Congresso contra o arbítrio: diários e memória. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.)

12. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra *bem-estar* não sofreu qualquer modificação ortográfica.
- b) De acordo com o texto, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não foi eleito diretamente pelo povo.
- c) De acordo com as regras de regência nominal, a oração “*Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias*” não pode ter a expressão *das minorias* substituída pela expressão *às minorias*, sem prejuízo de significação.
- d) Há, no último parágrafo do texto, a presença do discurso direto.

e) Na oração “*Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966*”, a palavra tergiversação pode ser substituída por subterfúgio, sem prejuízo de significação.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No primeiro parágrafo do texto, observa-se que a utilização dos dois pontos (:) encerra função explicativa.
- b) De acordo com o texto, a vontade da Nação para reivindicar sua liberdade nasceu nos lares dos cidadãos e foi por esses, diretamente, afirmada.
- c) Na oração “(...), *mas o das reformas que se fizerem necessárias*”, contida no 11º parágrafo, a palavra *o* tem função de artigo definido.
- d) No 12º parágrafo, a palavra *menos*, por se tratar de adjetivo, sujeita-se às regras de concordância nominal, no caso, com o nome *favorecidos*.
- e) O texto do 14º parágrafo não pode ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo de significação: *Assim, os brasileiros mais felizes ou os mais dotados cumpram o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil imitar-los-á para a perenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada.*

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com o texto, a posse presidencial não foi fruto de um golpe de Estado, mas de uma Revolução nascida nos lares e que contou com o apoio das Forças Armadas.
- b) De acordo com o texto, o processo de superação da inflação e do atraso deverá ter os empresários como protagonistas.
- c) De acordo com o texto, a defesa da Constituição e do Ato Institucional que a integra, será feita com respeito às leis, ressalvado para os oponentes do regime, contra os quais podem ser adotados meios de combate não previstos em lei.
- d) De acordo com o texto, não será admitida qualquer interferência de ente internacional na condução da gestão brasileira.
- e) De acordo com o texto, o autor indica que os ideais contidos no juramento formal de posse no cargo de Presidente da República o acompanham desde sua juventude.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na oração “*É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras*”, a locução verbal *devem ter* está sujeita à concordância com o sujeito *classe mais cultas e abastadas*.
- b) Na oração “*Todas as nações democráticas livres serão nossos aliados*” há erro de concordância nominal.
- c) No 12º parágrafo do texto, o advérbio *firmemente* indica ideia de modo.
- d) Na oração “*A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do governo*”, a expressão *há de ser*, pode ser substituída, sem prejuízo de significação, por *a de ser*.
- e) *Venerável* é antônimo da palavra *Augusto*.

MATEMÁTICA

- 16. O senhor José deixou de pagar R\$ 150,00 de seu cartão de crédito. Ao final de um ano inadimplente, o valor que devia ao banco por essa dívida era de R\$ 900,00. Qual foi a taxa de juros anual cobrada pelo banco?**
- a) 400%
 - b) 50%
 - c) 250%
 - d) 500%
 - e) 150%
- 17. A senhora Maria deixou R\$ 150,00 na caderneta de poupança durante o período de dois anos. Seu investimento rendeu a uma taxa de 7 % ao ano. Qual o valor total que foi resgatado pela senhora Maria ao final desse período de dois anos? Considere o pagamento de juros simples no caso descrito.**
- a) R\$ 203
 - b) R\$ 273
 - c) R\$ 157
 - d) R\$ 164
 - e) R\$ 171
- 18. Uma associação apresenta três principais áreas de atuação: defesa da saúde, defesa da educação e políticas para a juventude. A área de saúde é composta de 30 associados; a de educação de 42; e a de políticas para a juventude, 36 pessoas. Ao final do ano, a associação realiza um mutirão para fornecer serviços à população do município e informar a população sobre seus direitos nesses temas. Nesse mutirão, os associados percorrem o município em grupos, que devem conter a mesma quantidade de pessoas e devem conter representantes de todos os grupos. Deverá contar também com o maior número possível de associados em cada grupo. Quantos associados devem participar de cada equipe, para que essas condições sejam satisfeitas? Nessa condição, quantas equipes serão formadas?**
- a) 6 associados divididos em 14 equipes
 - b) 27 associados divididos em 4 equipes
 - c) 3 associados divididos em 36 equipes
 - d) 6 associados divididos em 18 equipes
 - e) 2 associados divididos em 54 equipes
- 19. Considere que o valor nominal do salário mínimo em abril do ano 2000 era equivalente a R\$ 153,00. Em janeiro de 2014 esse valor passou para R\$ 720,00. Sabendo que em abril do ano 2000, o dólar era cotado a R\$ 1,70 /US\$ e que em janeiro de 2014 era cotado a R\$ 2,40/US\$, qual foi o crescimento nominal do salário mínimo, em dólares, ao longo desse período?**
- a) US\$ 210
 - b) US\$ 200.
 - c) US\$ 180.

- d) US\$ 105.
- e) US\$ 400.

20. Em um determinado país A, a alíquota de imposto de renda a ser paga é diretamente proporcional à renda dos trabalhadores. Suponha que, nesse país, os trabalhadores que têm uma renda de até R\$ 2.000,00 são isentos de pagamento desse imposto. Suponha ainda que a pessoa que recebe um salário superior a R\$ 42.000,00 paga o índice máximo de imposto de renda, equivalente a 40% de seu salário. Nessa situação hipotética, qual o valor que os cidadãos que recebem salários de R\$ 3.000,00, R\$ 15.000,00 e R\$ 40.000,00 pagariam, respectivamente?

- a) R\$ 90; R\$ 2.250; R\$ 16.000
- b) R\$ 30; R\$ 2.250; R\$ 15.740
- c) R\$ 30; R\$ 1.950; R\$ 15.200
- d) R\$ 112; R\$ 1.980; R\$ 9.750
- e) R\$ 15; R\$ 2.980; R\$ 13.710

21. Em um determinado país B, a alíquota de imposto de renda a ser paga para todas as faixas de renda é a mesma, independentemente do salário dos trabalhadores, e igual a 25% da renda. Nessa outra situação hipotética, quais seriam os valores devidos pelos mesmos cidadãos apresentados na questão anterior, que recebem salários de R\$ 3.000,00, R\$ 15.000,00 e R\$ 40.000,00?

- a) R\$ 400; R\$ 3.220; R\$ 16.000
- b) R\$ 20; R\$ 1.200; R\$ 4.900
- c) R\$ 750; R\$ 3.750; R\$ 10.000
- d) R\$ 640; R\$ 3.400; R\$ 7.840
- e) R\$ 120; R\$ 570; R\$ 1.470

22. Em um determinado país C, o orçamento público é voltado para financiar as diversas despesas necessárias para seu funcionamento. Desse total, 50% é destinado a pagar juros e amortizações de dívidas. Dessa fração, cerca de 40% é destinada ao sistema bancário. Excluindo-se a parcela do orçamento que é destinada a pagar juros e amortizações de dívidas, 1/10 do restante do orçamento é voltado para o financiamento de gastos com educação e saúde. Sendo assim, se o valor destinado ao sistema bancário fosse aplicado em saúde e educação, o orçamento desses dois serviços públicos seria quantas vezes maior do que é hoje?

- a) 4 vezes.
- b) 2,5 vezes.
- c) Menos de uma vez.
- d) 5,8 vezes.
- e) 1,5 vezes.

23. Um reservatório de água de um determinado município tem 2 metros de largura, 2 metros de comprimento e 3 metros de altura. Esse reservatório de água atende uma localidade de 200 pessoas com um consumo médio de 4 Litros por

hora por pessoa. Caso o reservatório de água permaneça sem abastecimento, em quanto tempo ele irá se esvaziar?

- a) 12 horas.
- b) 15 horas.
- c) 17 horas.
- d) 19 horas.
- e) 10 horas.

24. Em um determinado sistema educacional havia um número X de vagas e todas destinadas a uma ampla concorrência. O número total de vagas aumentou 110% em um período de 8 anos. Ao final desse período de 8 anos, 1/2 do número de vagas passaram a ser reservadas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. O restante das vagas permaneceu para ampla concorrência. Qual a razão entre o número de vagas que existia ao início e ao final do período de 8 anos para ampla concorrência?

- a) O número de vagas diminuiu a uma razão de 19/20.
- b) O número de vagas permaneceu igual.
- c) O número de vagas duplicou.
- d) O número de vagas aumentou a uma razão de 21/20.
- e) O número de vagas caiu pela metade.

25. Considere a seguinte situação hipotética: em uma família, o consumo de uma criança com alimentação equivale a 3/4 do valor que um adulto consome. Uma família de cinco pessoas, sendo dois adultos e três crianças, gasta, mensalmente, R\$ 425,00 com alimentação. Com base nessas informações, calcule o valor que cada adulto consome.

- a) R\$ 125
- b) R\$ 92,5
- c) R\$ 155
- d) R\$ 85
- e) R\$ 100

HISTÓRIA DO BRASIL

26. Presidente do Brasil deposto pela Revolução de 1930:

- a) Augusto Fragoso.
- b) Isaías de Noronha.
- c) Júlio Prestes.
- d) Washington Luís.
- e) Getúlio Vargas.

27. A Revolução Pernambucana de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres, buscou a separação da coroa portuguesa, formando uma República. O governo provisório do movimento adotou, dentre outras medidas:

- a) Aboliu a escravidão.
- b) Proclamou uma República.

- c) Instaurou uma nova monarquia.
- d) Expulsou os portugueses do Brasil.
- e) Aboliu a liberdade de imprensa e liberdade de credo.

28. O fenômeno político do coronelismo no Brasil esteve associado a um modo de política que caracterizou a República, a partir de 1894, como:

- a) República dos oligarcas.
- b) República dos generais.
- c) República da espada.
- d) República parlamentar.
- e) República imperial.

29. Durante a Primeira República (1889 – 1930), houve, na sociedade brasileira, revoltas que, a despeito das diferenças, expressaram a insatisfação e a crítica de grupos populares quanto aos mecanismos de exclusão social e política e às estratégias de expansão dos interesses oligárquicos então vigentes. Assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE revoltas dessa natureza:

- a) Guerra de Canudos e Revolta da Vacina.
- b) Revolta Federalista e Guerra do contestado.
- c) Revolta da Vacina e Revolta da Armada.
- d) Revolta da Chibata e Revolta Federalista.
- e) Guerra do Contestado e Revolta da Armada.

30. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em março de 1964, na cidade de São Paulo, foi:

- a) uma demonstração de forças conservadoras de direita contra o que chamavam de esquerdismo e comunismo do governo João Goulart.
- b) uma manifestação de apoio das famílias de trabalhadores brasileiros ao governo do presidente Goulart.
- c) uma resposta das massas populares apoiando as reformas anunciadas por Goulart no Comício na Central do Brasil.
- d) uma demonstração de repúdio das classes trabalhadoras a uma possível intervenção militar, manifestando apoio ao governo de Goulart.
- e) uma manifestação de setores conservadores da sociedade brasileira contra a tentativa de se derrubar o governo constitucional.

GEOGRAFIA

31. Sobre as rochas que compõem a crosta terrestre, assinale a alternativa correta.

- a) As rochas sedimentares formaram-se pelo resfriamento e pela solidificação de minerais da crosta terrestre, isto é, o magma.
- b) As rochas metamórficas formaram-se a partir das transformações sofridas pelas rochas magmáticas e sedimentares quando submetidas ao calor e à pressão do interior da Terra.
- c) As rochas magmáticas formaram-se a partir da compactação de sedimentos de outras rochas.

- d) O arenito e o calcário são exemplos de rochas metamórficas.
- e) O gnaiss e o mármore são exemplos de rochas sedimentares.

32. Assinale a alternativa que relaciona corretamente os complexos regionais:

- a) Centro-Sul, Nordeste e Amazônia.
- b) Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste.
- c) Centro-Sul, Nordeste, Norte, e Sudeste.
- d) Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte.
- e) Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa.

33. O movimento ocasionado pelo choque entre as Placas Tectônicas de Nazca e Sul-Americana ocasionou o surgimento:

- a) do continente sul-americano.
- b) das cadeias de montanhas do México.
- c) da Cordilheira dos Andes.
- d) da Cordilheira do Himalaia.
- e) do Grand Canyon.

34. Um dos principais tipos de migrações internacionais existentes é a chamada “fuga de cérebros”, que consiste:

- a) na perda de trabalhadores com baixa qualificação técnica para países estrangeiros, geralmente mais desenvolvidos.
- b) na migração sazonal de pesquisadores universitários e estudantes, como em intercâmbios e cursos de capacitação.
- c) na adoção de políticas internacionais para facilitar o deslocamento dos profissionais de alta capacidade e boa formação escolar.
- d) no deslocamento em massa de profissionais especializados e de grande conhecimento para outros países.
- e) no tráfico internacional de órgãos e pessoas, responsável pela morte de muitos imigrantes, geralmente ilegais.

35. O conjunto de atividades econômicas responsável por extrair ou produzir as matérias-primas sobre o meio natural é:

- a) setor primário.
- b) setor secundário.
- c) setor terciário.
- d) apenas da atividade industrial.
- e) apenas da atividade agrícola.

INFORMÁTICA BÁSICA

36. Os e-mails não solicitados, tais como propagandas, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas, são denominados:

- a) Feed RSS.
- b) Tópico.

- c) Spam.
- d) Assinatura.
- e) Threading.

37. Mozilla Firefox, Internet Explorer e Google Chrome são exemplos de:

- a) Sistemas Operacionais.
- b) Gerenciadores de rede.
- c) Navegadores de Internet.
- d) Editores de texto.
- e) Arquivos de banco de dados.

38. Memória de acesso randômico mais rápida que armazena os dados mais utilizados pelo processador. Este é o conceito de:

- a) disco rígido.
- b) memória ROM.
- c) memória RAM.
- d) memória cache.
- e) memória flash.

39. Numa rede LAN (Local Area Network), o recurso de hardware mínimo que deverá estar instalado no computador para permitir a comunicação com os demais elementos da rede é:

- a) o teclado.
- b) o monitor.
- c) o cartão de memória.
- d) o cd-rom.
- e) a placa de rede.

40. Pequenos arquivos de texto que o browser capta em alguns sites e armazena em seu computador cuja função, dentre outras, é armazenar as preferências dos usuários sobre um determinado site na Internet representa o conceito de:

- a) Cloud computing.
- b) Cookies.
- c) Desktop.
- d) Vírus.
- e) Streaming.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

41. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

- c) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e financeira, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- d) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

42. Ainda de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público abrange: o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar; os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) Os membros do Ministério Público têm as seguintes vedações: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial, na forma da lei; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função particular ou pública, salvo uma de magistério; exercer atividade política; receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- e) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros, as seguintes garantias: vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; irredutibilidade de subsídio.

43. Sobre as funções institucionais do Ministério Público na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

- d) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- e) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

44. Assinale a alternativa INCORRETA. Considere a seguinte situação hipotética. O Ministério Público recebe a notícia de que determinada escola pública de ensino fundamental apresenta diversas irregularidades do ponto de vista estrutural (janelas quebradas, luzes queimadas, banheiros em péssimas condições de higiene etc), pedagógico (faltam professores efetivos, há falta de material para as aulas etc), além de problemas com a alimentação escolar (faltam alimentos, o cardápio desenvolvido pela nutricionista não está sendo observado). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil para apurar tais fatos e, para instruí-lo:

- a) expedir notificação para colher depoimento ou esclarecimento da Secretária/o Municipal de Educação e, em caso de desatendimento, ainda que justificado, requisitar condução coercitiva pela Polícia Militar ou Civil;
- b) promover inspeção diretamente na escola, entrando em todas as dependências onde se encontram as narradas irregularidades, para constatar a veracidade da notícia;
- c) requisitar informações e documentos das autoridades federais, estaduais e municipais, por exemplo a relação de professores lotados na escola, bem como sua forma de provimento, e documentos que comprovem a aquisição de materiais pedagógicos;
- d) fazer recomendação à Prefeitura Municipal e ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar respectivos, visando à melhoria do serviço público de educação;
- e) dar publicidade ao inquérito civil e às medidas adotadas, por exemplo à recomendação expedida.

45. Assinale a alternativa CORRETA. Considere a seguinte situação hipotética. O Ministério Público recebe, por meio do disque 180, a notícia de que uma mulher é vítima de violência doméstica praticada pelo companheiro, tendo sido informados nomes da vítima e suposto agressor, bem como endereço do local onde ocorrem os fatos. Foi informado também que a vítima já procurou a delegacia de polícia para registro da ocorrência, porém nada foi feito até o momento. Afirmou-se, ainda, que as testemunhas dos fatos se mudaram para outro município. O Ministério Público instaurou procedimento administrativo correlato para apuração dos fatos e, neste procedimento:

- a) poderá requisitar a instauração de inquérito policial para apuração dos fatos em âmbito criminal, podendo acompanhá-lo, porém não poderá produzir provas;
- b) poderá exercer o controle externo da atividade policial, inclusive promovendo inspeção na delegacia de polícia, com livre acesso ao estabelecimento, e aos documentos relativos à atividade fim policial, para verificar se foram realizadas diligências investigatórias ou instaurado inquérito policial para apuração dos fatos;
- c) poderá requisitar informações sobre as investigações da polícia, porém não poderá requisitar exame pericial à autoridade policial;
- d) poderá solicitar, sendo-lhe vedado, contudo, requisitar, o auxílio de força policial;

- e) não poderá expedir carta precatória para outro órgão de execução, para oitiva das testemunhas, pois somente o Poder Judiciário é autorizado a expedir cartas precatórias.

46. De acordo com a Lei Complementar nº 25/1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Procuradoria-Geral de Justiça tem a função de aplicar aos servidores do Ministério Público as sanções disciplinares de repreensão e suspensão.
- b) O Corregedor-Geral do Ministério Público tem a função de aplicar aos servidores do Ministério Público as sanções disciplinares de suspensão e demissão.
- c) A Diretoria-Geral do Ministério Público tem a função de aplicar aos servidores do Ministério Público as sanções disciplinares de repreensão e suspensão.
- d) O Corregedor-Geral do Ministério Público tem a função de aplicar aos servidores do Ministério Público as sanções disciplinares de repreensão e suspensão.
- e) A Procuradoria-Geral de Justiça tem a função de aplicar aos servidores do Ministério Público as sanções disciplinares de suspensão e demissão.

47. Sobre a Lei Complementar nº 25/1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Procuradorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 25/1998. As Procuradorias de Justiça são classificadas em Procuradorias de Justiça Criminais, Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Especializadas.
- b) As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com pelo menos 1 (um) cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas na forma da Lei Complementar nº 25/1998. As Promotorias de Justiça serão organizadas por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante proposta aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público. As Promotorias de Justiça poderão ser especializadas, criminais e cíveis.
- c) Nas Comarcas com mais de três Promotorias de Justiça será escolhido Promotor de Justiça para exercer as funções de Coordenador, competindo-lhe, sem prejuízo de suas atribuições normais, dentre outras funções, correccionar, permanentemente, os serviços auxiliares do Ministério Público.
- d) Compete ao Promotor de Justiça Coordenador, dentre outras funções, abrir e presidir, mediante autorização da Diretoria-Geral, concurso público para provimento dos cargos dos serviços auxiliares do Ministério Público, na Comarca;
- e) Compete ao Promotor de Justiça Coordenador, dentre outras funções, instaurar e presidir, por delegação da Corregedoria-Geral do Ministério Público, Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos funcionários das Promotorias de Justiça.

48. Sobre a Lei Complementar nº 25/1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os grupos de atuação especial deverão ser aprovados pelo Conselho Superior do Ministério Público.

- b) Os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça destinar-se-ão a dar suporte administrativo necessário ao seu funcionamento e ao desempenho das funções dos Promotores de Justiça e serão instituídos e organizados por ato do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) No exercício de suas atribuições, cabe ao Ministério Público, entre outras providências: receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promovendo as apurações cabíveis e dando-lhes as soluções adequadas; zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos; dar andamento, no prazo de 30 (trinta) dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações recebidas e promover audiências públicas.
- d) Além das atribuições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete aos Promotores de Justiça, entre outras funções: impetrar habeas corpus e mandado de segurança, exceto perante o Tribunal de Justiça; atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, cientificando o interessado das medidas efetivadas; fiscalizar e inspecionar as fundações e associações; inspecionar, periodicamente, estabelecimentos e órgãos de tratamento e amparo à criança ou adolescente, somente os públicos, adotando as medidas cabíveis.
- e) Os Centros de Apoio Operacional serão instituídos e organizados por ato do Procurador-Geral de Justiça. Dentre outras funções, compete aos Centros de Apoio Operacional: estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas, com caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais.

49. De acordo com a Lei Estadual nº 10.460/1998 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado de Goiás), assinale a opção INCORRETA:

- a) Dentre outras, constituem transgressões disciplinares e ao funcionário é proibido: retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; participar da gerência ou da administração de empresa industrial ou comercial, exceto as de caráter cultural ou educacional; exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário; utilizar-se do anonimato para qualquer fim; aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução; revelar segredo que conheça em razão de seu cargo ou função.
- b) São penas disciplinares: repreensão; suspensão; multa; destituição de mandato; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas: a natureza da infração, sua gravidade e as circunstâncias em que foi praticada; os danos dela decorrentes para o serviço público; a repercussão do fato; os antecedentes do servidor; a reincidência.
- c) Considera-se reincidente o servidor que, no prazo de 3 (três) anos, após ter sido condenado em decisão de que não caiba mais recurso administrativo, venha a praticar a mesma ou outra transgressão. A pena de suspensão, que não excederá a 60 (sessenta) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência em qualquer das transgressões a que alude o art. 314 da Lei 10.460/88. O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

- d) A aplicação de penalidade pelas transgressões disciplinares constantes do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás não exime o funcionário da obrigação de indenizar o Estado pelos prejuízos causados. Havendo colaboração efetiva do acusado para a descoberta ou apuração do ato infracional e de sua autoria, a autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada, poderá reduzir ou até mesmo excluir as multas previstas na referida lei.
- e) Prescreve a ação disciplinar, no prazo de: 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e respectivas multas; 3 (três) anos, quanto às demais infrações.

50. De acordo com a Lei Estadual nº 14.810/2004 (Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás) e com a Lei Complementar nº 25/1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo no âmbito da instituição ficarão sujeitos a um período de estágio probatório de dois (02) anos, durante o qual serão apurados os requisitos necessários para a aquisição da estabilidade. São requisitos mínimos a serem observados no estágio probatório: idoneidade moral; assiduidade e pontualidade; disciplina; eficiência e aptidão.
- b) O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade implicará na instauração de processo de exoneração do servidor nomeado, resguardada a ampla defesa e o contraditório. O processo de exoneração ficará a cargo da comissão processante nomeada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, o qual será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias. Findo o processo de exoneração, a comissão lançará seu pronunciamento conclusivo e encaminhará os autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público para decisão.
- c) As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por membros do Ministério Público ou servidores ocupantes de cargo efetivo. Pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão de Assessor Jurídico e Assessor Administrativo vinculados à unidade administrativa Procuradoria-Geral de Justiça, serão ocupados por servidores efetivos.
- d) É vedada a designação, a qualquer título, para cargos em comissão ou funções gratificadas da administração do Ministério Público do Estado de Goiás, de cônjuge ou companheiro e parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau, de Promotores e Procuradores de Justiça em atividade ou aposentados há menos de 3 (três) anos. Ao servidor do Ministério Público do Estado de Goiás é vedado manter, sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro, ou parentes consangüíneos ou afins até o 2º grau.
- e) A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público, com a finalidade precípua de aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos serviços auxiliares. Incumbe a Escola Superior do Ministério Público, entre outras atribuições, promover cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de membros do Ministério Público e de servidores do quadro auxiliar do Ministério Público e editar trabalhos jurídicos de membros do Ministério Público. A Escola Superior do Ministério Público exercerá, ainda, atividade de Centro de Apoio Operacional às Procuradorias de Justiça.

PROVA DISCURSIVA

Cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas). Será atribuído 1 (um) ponto para cada questão da prova discursiva (itens 9.2 e 9.3 do edital do concurso). Não poderá haver quaisquer sinais de identificação em local indevido.

Questão 1 – Considere a seguinte situação hipotética. A Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Felizópolis instaura procedimento administrativo para acompanhamento da situação dos abrigos de crianças e adolescentes. No referido procedimento, determinou a realização de reunião conjunta, no dia 20.10.2018, com diversos órgãos e equipes técnicas que trabalham com a questão do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e com suas famílias, tais como as equipes técnicas dos abrigos, do Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Secretaria de Promoção Social (CREAS, CRAS), equipes de saúde (saúde da família, CAPS) e Secretaria de Educação. O objetivo da reunião é promover o diálogo entre todas estas equipes e órgãos, buscando formar a rede de proteção da infância e juventude. Na data da reunião, estando presentes representantes de todos os órgãos e equipes citados, foram debatidas e estabelecidas metas e traçadas formas de atuação conjunta, com a finalidade comum de redução do tempo de acolhimento institucional e melhoria do atendimento às famílias de origem, buscando prioritariamente a reintegração familiar das crianças e adolescentes. Na qualidade de secretário auxiliar da referida Promotoria de Justiça e considerando as tarefas típicas do cargo, redija o documento cabível para registrar formalmente a reunião (lembre-se de não se identificar ou assinar o documento).

Questão 2 – Considere a seguinte situação hipotética. Em determinada Promotoria de Justiça, o/a secretário/a auxiliar tem atendido diariamente diversos pais e mães de crianças de 0-5 anos solicitando vaga na educação infantil (creche e pré-escola), informando que já foram à Secretaria Municipal de Educação, tendo obtido a resposta de que não há vagas na rede pública. O/a secretário/a auxiliar tem conhecimento informal sobre a existência de 3 (três) obras de construção de escolas de educação infantil no município, uma aparentemente concluída, porém abandonada e sem uso, e outras duas em fase adiantada de execução. Caso tais obras fossem concluídas e funcionassem como escolas infantis, seria possível a abertura de um grande número de vagas na educação infantil. Considerando as funções do Ministério Público e seus instrumentos de atuação previstos no art. 129 da Constituição Federal e na Lei Complementar 25/98, sugira as providências extrajudiciais e judiciais que poderão ser adotadas pelo/a Promotor/a de Justiça. Discorra sobre duas diferentes formas de atuação: individualizada e coletiva.

REDAÇÃO

O texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Serão atribuídos 3 (três) pontos para a redação (itens 10.2 e 10.3 do edital do concurso). Não poderá haver quaisquer sinais de identificação em local indevido.

O art. 3º, III, da Constituição Federal, determina que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. O art. 6º da Constituição Federal afirma que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O art. 127 da Constituição Federal determina que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, a defesa dos interesses (ou direitos) sociais e individuais indisponíveis. A Emenda Constitucional 95/2016 estabelece o “novo regime fiscal” ou o teto dos gastos públicos, por 20 anos. De acordo com o estudo “Austeridade e Retrocesso. Impactos sociais da política fiscal no Brasil”, os gastos sociais reduzem a desigualdade no Brasil. Ainda segundo o estudo, a limitação dos gastos sociais tem como consequência a diminuição, ao longo do tempo, dos recursos para o financiamento das políticas públicas destinadas à concretização dos direitos sociais e de outros direitos fundamentais, conforme se extrai dos seguintes trechos:

O sistema produtivo que temos hoje no Brasil e em quase todo o mundo é um sistema que gera desigualdades (...). Sendo assim, a capacidade e a forma de arrecadar e de gastar impacta a distribuição da renda dos países, tanto em termos diretos, na determinação da renda disponível, quando em termos indiretos, na oferta de bens e serviços gratuitos à população, especialmente saúde e educação, que funcionam como a redistribuição material de renda por meio de acesso a serviços.

Cabe então um debate sério no Brasil sobre como as políticas de austeridade afetam a distribuição de recursos na sociedade e a defesa dos gastos sociais que tem um importante impacto distributivo.

A Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95) instituiu uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração de 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – apenas após 10 anos. Nessa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo valor executado em 2017, e reajustado, a cada ano, pela inflação acumulada, em 12 meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o novo regime fiscal institui uma austeridade permanente.

Além disso, ao contrário do que se preconizava no momento da sua aprovação, a EC 95 não congela os gastos, ao contrário, ela impõe um teto declinante em termos do PIB e, ainda mais grave, em termos do que se gasta hoje por cidadão. Nos próximos 20 anos, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, o gasto primário do governo federal terá que passar de 20% do PIB em 2017 para 16% em 2026 e, sem alteração, chegaria a 12% do PIB em 2036.

A aritmética da EC 95 é muito simples: os gastos primários federais crescerão zero enquanto o PIB vai crescer, assim como a população, logo o gasto vai cair em relação ao PIB e vai cair per capita, inviabilizando melhoras nos serviços públicos e diminuindo o impacto redistributivo da política fiscal.

(2) ... e o gasto com saúde e educação deve se ater ao novo mínimo que, desvinculado das receitas de impostos, deve cair de 2,41% do PIB em 2017 para 1,93% do PIB em 2026 e 1,5% do PIB em 2036.

A Emenda Constitucional 95/2016 alterou essas regras, o que agrava o subfinanciamento do SUS.

Com a mudança imposta pela EC 95, apesar do piso, os recursos federais alocados para saúde devem cair de 1,7% do PIB para 1,2% do PIB em 2036 e, por conseguinte, 2/3 das despesas do Ministério da Saúde transferidas para Estados, Distrito Federal e Municípios serão reduzidas, afetando o financiamento das ações de saúde desenvolvidas pelas esferas subnacionais.

Quanto aos impactos nas condições de saúde da população, segundo Rasella et al. (2018), caso a política de austeridade fiscal fosse revogada, 20 mil mortes de crianças até cinco anos de idade e 124 mil internações seriam evitadas até 2030: “A implementação de medidas de austeridade fiscal no Brasil pode ser responsável por uma morbidade e mortalidade substancialmente maiores do que o esperado sob a manutenção da proteção social, ameaçando atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a saúde infantil e reduzir a desigualdade.” (Rasella et al., 2018, tradução livre).

A educação apresentada como “direito de todos e dever do Estado” tal como Constituição Federal de 1988, está sob risco com as políticas de austeridade. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional e foi amplamente discutido com a sociedade, completa em 2018 seu quarto ano de vigência e de descumprimento (p. 32).

A EC 95/2016 (...) significa que o investimento de novos recursos na construção de escolas, creches, para melhorar as universidades públicas, os estabelecimentos de ensino básico ou os salários dos professores estão em risco: a medida torna impossível alcançar as metas e estratégias da Lei 13.005/2014 (PNE) e vai contra a última recomendação do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) ao Brasil (2015), que enfatizou a necessidade de “garantir os recursos para a implementação do PNE, mesmo em tempos de crise”. (Texto extraído do link: http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3-_L9.pdf, em 22.11.2018).

Considerando as informações e o texto acima, redija uma dissertação argumentativa sobre a relação entre o subfinanciamento das políticas públicas necessárias à concretização dos direitos sociais fundamentais, o impacto nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil e os possíveis efeitos sobre a função constitucional do Ministério Público de defesa dos referidos direitos sociais.